

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM  
DEFICIÊNCIA**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD  
AO PROJETO DE LEI Nº 4.225, DE 2023**

Apensados: Projetos de Lei nºs 4.375/2023, 6.036/2023 e 149/2024

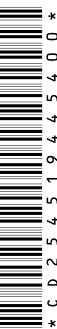
Institui a Política Nacional de Atenção e Apoio às Pessoas com Transtornos de Aprendizagem e Desenvolvimento, e altera a Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Fica instituída a Política Nacional de Atenção e Apoio às Pessoas com Transtornos de Aprendizagem e Desenvolvimento, com o objetivo de assegurar diagnóstico precoce, acompanhamento integral, tratamento multiprofissional e inclusão educacional, social e laboral das pessoas com Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outros transtornos de aprendizagem ou desenvolvimento.

**Art. 2º** São princípios da Política Nacional:

- I – a inclusão plena e efetiva em igualdade de condições com as demais pessoas;
- II – o atendimento intersetorial entre saúde, educação e assistência social;
- III – o respeito à individualidade e à diversidade cognitiva;
- IV – a prioridade do diagnóstico precoce e do acompanhamento contínuo;
- V – o fornecimento gratuito dos medicamentos prescritos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);
- VI – a formação e capacitação de profissionais da saúde e da educação;
- VII – a promoção de campanhas permanentes de conscientização sobre os transtornos de aprendizagem e desenvolvimento.



**Art. 3º** O art. 1º da Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º a 4º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

*“§ 2º O encaminhamento do educando para diagnóstico compreenderá atendimento obrigatório por equipe multiprofissional composta por médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, pedagogos e outros profissionais que se fizerem necessários.*

*§ 3º O diagnóstico deverá ser concluído e comunicado ao responsável no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contado do registro da suspeita clínica.*

*§ 4º Confirmado o diagnóstico, o Poder Público garantirá o encaminhamento imediato do educando a programas de intervenção e acompanhamento, conforme recomendação médica.” (NR).*

**Art. 4º** A Lei nº 14.254, de 2021, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

*“Art. 5º-A O Poder Público assegurará o fornecimento gratuito dos medicamentos necessários ao tratamento dos transtornos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).*

*Art. 5º-B As instituições de ensino garantirão ao educando com dislexia, TDAH, TEA ou outro transtorno de aprendizagem o direito ao Protocolo Individualizado de Avaliação (PIA), elaborado com base em laudo médico ou documento equivalente, para fins*



*exclusivos de acompanhamento pedagógico.” (NR).*

**Art. 5º** O Poder Público incentivará a formação de profissionais e a criação de centros de referência em transtornos de aprendizagem, com ênfase na pesquisa, inovação e apoio às famílias.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 21 de outubro de 2025.

Deputado **DUARTE JR.**  
**Presidente**

